

A morosidade da Justiça Cabo-verdiana

O problema da Justiça cabo-verdiana está um pouco nas leis desadequadas ou demasiado exigentes, mas a maior parte do problema da Justiça cabo-verdiana está nos tribunais e seus agentes, e está na cultura que existe nos nossos tribunais.

Citando o antigo bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal Dr. Marinho e Pinto, um "bom juiz faz boa Justiça, mesmo com más leis e até sem leis", mas um "mau juiz não faz Justiça, nem com lei divinas, nem com as leis mais profetas que houver".

É preciso mudar a cultura dos nossos tribunais e isso é um combate que tarda em ser iniciado, pois a Justiça não está a melhorar mesmo com todos os meios introduzidos anualmente e não vai melhorar se não se tomarem as medidas que os responsáveis negam tomar.

O Juiz é um servidor da Justiça que tem de prestar um serviço público com qualidade e celeridade, e isso não está acontecendo porque é impossível na atual conjuntura.

Defendemos também que os advogados também têm a sua quota de responsabilidade neste atraso, pois, sendo um dos pilares da justiça o papel é "igual" ao dos restantes operadores da Justiça (Juiz e Procurador da República).

Sem advogados não há justiça, mas infelizmente os advogados têm estado passivos com relação a questão da morosidade da Justiça.

Ora, as estatísticas mostram que o problema da morosidade está produtividade dos magistrados, que está aquém das demandas.

Acredito que a maior parte dos Juízes fazem de tudo para evitar acumulo de processos, mas é-lhes impossível no estado que as coisas se encontram.

Um Juiz que encontra na sua mesa quinhentos ou mais processos pendentes e todos os dias entram novos processos dificilmente conseguirá limpar a sua mesa.

A solução para este problema é fácil para quem como nós olha o problema centrado na produtividade.

Para resolver a situação os Conselhos Superiores das Magistraturas deveriam contratar novos magistrados apenas para tratar dos processos pendentes com mandato durante três a cinco anos no máximo, enquanto o juiz titular seria avaliado apenas pelos processos novos.

Assim sendo saberíamos claramente se há produtividade ou não e a razão de haver processos pendentes em cada comarca.

Eis o que nos parece.

Hernâni Soares

Praia, Outubro de 2022